

SELEÇÃO

Questões Apresentadas no C-229 — Concurso para a Carreira de Fiscal Aduaneiro

Apresentamos, a seguir, as questões constantes das Provas de *Legislação Aduaneira* e *Conhecimentos sobre Assuntos de Serviço*, relativas ao Concurso para Fiscal Aduaneiro — C.229.

Legislação Aduaneira

Completar os períodos abaixo, preenchendo os claros com as palavras ou expressões apropriadas.

1. A contribuição que o Estado impõe aos seus cidadãos, para ocorrer às despesas com os serviços públicos, denomina-se _____.
2. Se essa contribuição é cobrada a determinado cidadão, no ato de lhe ser prestado um benefício específico, passa a denominar-se _____.
3. Denomina-se _____ aquele que o Estado cobra de seus cidadãos em épocas mais ou menos certas e por meio de listas nominativas.
4. Denomina-se _____ a contribuição paga, antecipadamente, por um contribuinte ao Estado, mas que recairá sobre terceiros, ocorrendo aí o fenômeno denominado _____.
5. Além dos direitos aduaneiros cobrados sobre a importação de mercadorias para consumo, e estabelecidos nas Tarifas das Alfândegas (Art. 1.º do D.L. n.º 2.878, de 18-12-1940), cobrar-se-ão mais:
 - a) o imposto de _____%, denominado _____; e
 - b) a taxa de _____%, denominada _____.
6. A navegação se divide em navegação de alto mar, de _____ e de _____ podendo a de _____ subdividir-se em navegação de pequena e grande _____.
7. A viagem feita por um navio do porto de Santos ao porto de Dakar denomina-se _____.
8. A navegação feita por navios _____, entre portos _____ e transportando mercadorias nacionais ou nacionalizadas, denomina-se de _____.
9. A exportação de produtos agrícolas, pecuários, matérias-primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, nacionais ou nacionalizadas está sujeita à fiscalização especial do Serviço de _____ do Ministério da Agricultura.
10. Para fins estatísticos, é obrigatória a remessa de uma das vias da guia de exportação ao _____ do Ministério da Fazenda.
11. De acordo com a legislação em vigor, as aeronaves que fazem o tráfego internacional estão sujeitas às visitas das autoridades _____, da _____, da _____ e da _____.
12. Após o desembarço das mercadorias vindas por avião, a primeira via do Conhecimento Aéreo deverá ser remetida pela autoridade aduaneira ao _____ do Ministério da Fazenda.
13. Denomina-se contravenção fiscal a infringência de uma _____ ou _____ fiscal.
14. Previne-se a contravenção fiscal, seja pelo estabelecimento de _____ fiscais, aplicáveis proporcionalmente à gravidade do fato punível, seja pela _____ intensiva, tendentes a dificultar sua prática.
15. A repressão à contravenção consiste em aplicar, efetivamente, as _____ fiscais cominadas em lei, uma vez apurada a responsabilidade do contraventor, e no emprego da _____, em caso de reação.
16. Denomina-se _____ a ação dolosa, premeditada, visando a obtenção de lucros ou vantagens, em detrimento dos interesses da Fazenda Nacional.
17. Na visita de entrada a autoridade aduaneira deverá exigir do comandante do navio os seguintes documentos: _____

_____.
18. Denomina-se _____ aquele que calculadamente procura defraudar as rendas da União, infringindo, deliberadamente, as leis e regulamentos fiscais.
19. Não só a ocultação dolosa caracteriza o _____, mas, também, o fato de se evitar o pagamento dos _____ de entrada ou saída e consumo de mercadorias e, ainda, na importação ou _____ de mercadorias _____.
20. O ato de se deixar de manifestar parte do carregamento do navio, ou de um passageiro declarar que não tem bagagem sujeita a direitos, tendo-a, a fim de evitar o pagamento dos direitos devidos, caracteriza a _____ fiscal.
21. A mudança fraudulenta de mercadorias, de um compartimento para outro, nos depósitos e vapores sob fiscalização, com a finalidade de lesar o fisco, denomina-se _____ de mercadorias.
22. A prevenção e repressão ao contrabando compete, mui especialmente, aos _____, como elementos do serviço externo das Alfândegas, que tem como Chefe o _____.
23. São também reputados agentes fiscais na repressão ao contrabando, além das autoridades aduaneiras propriamente ditas, os elementos da _____; os da _____; os da _____ e os da _____ e mais os empregados nos serviços de _____ dos Portos.
24. A apreensão em flagrante pode dar-se tanto em ato de _____ como de _____ da mercadoria, em qualquer ponto do litoral, margens dos rios, lagos ou águas interiores da República, ou, ainda, quando em trajeto ou transporte etc.
25. A repartição federal que superintende todo o serviço aduaneiro do país denomina-se _____.

26. As Alfândegas são dirigidas por um _____, enquanto que as Mesas de Rendas têm como Chefe um _____.
27. Como repartições aduaneiras, propriamente ditas, isto é, aquelas que têm competência para cobrar direitos de entrada de mercadorias, avultam as _____, sendo-lhes as _____ diretamente subordinadas.
28. A única Estação Aduaneira de Importação Aérea existente no interior do Brasil está localizada na Capital do Estado de _____, estando a mesma subordinada à _____ naquêle Estado.
29. As Guardamorias são órgãos integrantes das _____ cabendo-lhes, como função primordial, o serviço de fiscalização _____.
30. Portos *alfandegados* são os que dispõem de _____ ou _____ alfandegadas e *habilitados* os que dispõem de _____ alfandegadas.
31. Ancoradouros são os locais determinados pelas _____ para o fundeamento dos navios e que podem ser de _____, quando destinados às embarcações que forem impedidas de atracar, em virtude de regulamento da Saúde Pública, ou ancoradouros de _____, que ao mesmo tempo servirão para embarcações em _____.
- Assinalar a resposta certa com uma cruz dentro dos parênteses correspondentes.
32. Quando ficar provado que o número de volumes existentes no navio, por ocasião da visita aduaneira, fôr menor do que o que foi embarcado o capitão do navio:
- () será autuado por contrabando
 - () pagará o imposto relativo aos volumes que faltarem, acrescido de 50%
 - () pagará a multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00
 - () responderá a processo por contravenção penal
 - () pagará o dôbro dos impostos relativos aos volumes cuja falta se tenha verificado
33. Qual das três vias da guia de embarque deverá acompanhar a aeronave, a fim de que nos portos de escala intermediários as autoridades aduaneiras façam as anotações relativas aos volumes que forem desembarcando?
34. Tarar é a operação que consiste em:
- () acrescentar determinado peso a um volume, com o fim de compensar os possíveis danos que possa sofrer a mercadoria nêle contida
 - () acrescentar ao peso da mercadoria o peso dos invólucros internos e externos
 - () verificar a diferença de peso de uma mesma mercadoria encontrada em duas balanças diferentes
 - () determinar o peso legal da mercadoria
35. O peso legal é encontrado do seguinte modo:
- () deduzindo a tara do peso bruto
 - () somando ao peso da mercadoria e peso dos envoltórios internos
 - () pesando somente a mercadoria, excluídos todos os envoltórios
36. O peso real pode ser obtido:
- () subtraindo a tara do peso bruto
 - () subtraindo o peso legal do peso bruto
 - () pesando a mercadoria, excluídos os envoltórios externos
 - () pesando a mercadoria apenas com os envoltórios internos
37. As mercadorias que, pela Tarifa, estão sujeitas a direitos *ad-valorem*, são:
- () as que possam ser assemelhadas a outras tarifadas
 - () os objetos miúdos encontrados nas bagagens dos passageiros
 - () as que constituírem partes de mais de dois terços de objetos taxados por unidade
 - () as amostras de mercadorias cujo valor não exceda de Cr\$ 100,00, embora tenham taxa fixa, na Tarifa
38. Para se calcular os direitos *ad-valorem* é necessário:
- () que o importador declare o valor comercial da mercadoria
 - () que se faça a avaliação judicial
 - () que sejam apresentadas, obrigatoriamente, as faturas comercial e consular respectivas e devidamente legalizadas
 - () que estas faturas só digam respeito às mercadorias cujos direitos são cobrados por esta forma (*ad-valorem*)
39. O valor do despacho *ad-valorem* é cobrado tomando-se por base:
- () o valor declarado da mercadoria, convertido a moeda corrente pela média cambial do mês anterior
 - () o valor declarado da mercadoria, ao câmbio do dia
 - () o valor declarado da mercadoria, ao câmbio da compra das mesmas
 - () o valor declarado da mercadoria, convertido a moeda corrente ao câmbio que fôr estabelecido pelo Banco do Brasil
40. O serviço de fiscalização de embarque de mercadorias para o exterior compete:
- () aos funcionários da Administração do Porto
 - () aos funcionários da Polícia Marítima e Aérea
 - () aos funcionários da Guardamoria da Alfândega
 - () aos funcionários da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
41. De acôrdo com a lei n.º 262, de 23-2-1948, a exportação de vários produtos nacionais depende de *licença-prévia*, a qual é concedida:
- () pela Alfândega
 - () pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda
 - () pelo Ministério das Relações Exteriores
 - () pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
42. A licença-prévia é indispensável à obtenção, junto à Fiscalização Bancária:
- () da fatura consular
 - () da fatura comercial
 - () da guia de embarque
 - () das divisas em moeda estrangeira
43. Os pedidos de *licença-prévia*, feitos em formulários próprios, deverão conter:
- () o nome do navio que irá transportar a mercadoria
 - () a composição do produto, com indicação do país de procedência das matérias-primas
 - () a declaração de que a mercadoria está segurada e o nome da Companhia seguradora
 - () o valor comercial da mercadoria na moeda do país de destino
44. O desembarque de mercadorias poderá ter início após a visita de entrada, mediante:
- () o pagamento dos impostos de farol e docas
 - () licença dada pela Administração do Porto

- () licença dada pela 1.^a Seção da Alfândega
- () licença dada pela Guardamoria
- () ordem do comandante do navio
45. A descarga deverá começar:
- () pelos porões da prôa do navio
- () pelas malas do Correio, bagagem de passageiros e mercadorias avariadas
- () pelas mercadorias de maior valor
- () pelos inflamáveis
46. Aos fiscais aduaneiros designados para a descarga, compete
- () verificar se os conhecimentos de carga estão na devida ordem
- () se o navio recebeu carga de cabotagem em outros portos nacionais
- () tomar nota dos volumes a cuja descarga assistirem, mencionando sua quantidade, espécie, marca, contramarca e número
- () reembarcar os volumes avariados, suspeitos de terem sido arrombados a bordo
47. De acôrdo com o artigo 632 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, é parte integrante da Zona Fiscal:
- () a parte compreendida nos limites urbanos das cidades, vilas ou povoados
- () as ilhas não habitadas
- () as estações de estradas de ferro
- () os locais de competição esportiva de caráter profissional
48. De acôrdo com o artigo 4.^o da Tarifa das Alfândegas, o Governo poderá tornar a entrada de mercadorias estrangeiras livres de direitos:
- () para proteger os importadores nacionais
- () para combater os trustes e cartéis, produtores ou negociadores de similares nacionais
- () para fazer estoque de determinadas mercadorias
- () para aproveitar saldos de divisas no exterior
49. Gozarão de isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, mediante as cautelas fiscais:
- () as mercadorias importadas pelas instituições de caridade
- () as mercadorias e materiais importados por conta da União para o serviço da República
- () as importadas pelos Estados e Municípios
- () as importadas pelas Caixas Econômicas Federais
50. Compete ao serviço externo das Alfândegas:
- () o exame ou pesquisa de pessoas suspeitas de fraude ou contrabando
- () promover e fiscalizar a arrecadação das rendas a cargo das Alfândegas
- () regular o modo de descarga, exame, depósito e conferência de bagagem dos passageiros
- () expedir o passaporte das embarcações
51. Na faixa interna do cais, docas e armazéns, compete ao Guardador:
- () determinar o número de guindastes que pode ser utilizado por cada navio
- () determinar quais as mercadorias que devem ser armazenadas imediatamente ou que podem ficar sobre as plataformas internas dos armazéns
- () a responsabilidade da fiscalização do serviço de carga e descarga e prevenção ao contrabando
52. Aos fiscais aduaneiros a bordo compete:
- () orientar os estivadores quanto a feitura das lingadas, de acôrdo com a qualidade da mercadoria em descarga.
- () fiscalizar o navio, no sentido de evitar a retirada ou desvio de qualquer mercadoria sujeita a direitos
- () não permitir a descarga de mercadorias avariadas
- () não permitir o carregamento de mercadorias, antes de terminada a descarga
53. A ronda marítima tem por finalidade principal:
- () evitar que os navios zarpem sem a necessária autorização da Guardamoria
- () evitar que os navios em franquia ancoram nos ancoradouros de quarentena
- () exercer a prevenção e repressão ao contrabando
- () verificar se as boias de sinalização luminosa estão nos devidos lugares e funcionando regularmente
54. As rondas marítimas são efetuadas:
- () pela Capitania do Porto
- () pela Polícia Marítima
- () pelos elementos do serviço externo das Alfândegas
- () pela Administração do Porto
55. Os navios estrangeiros e nacionais de longo curso são visitados, em primeiro lugar, pelas:
- () autoridades aduaneiras
- () autoridades da Capitania do Porto
- () autoridades da Saúde do Porto
- () autoridades do Serviço de Imigração
56. Antes das visitas regulamentares, somente poderão ir a bordo dos navios:
- () os elementos do Corpo Diplomático do país de matrícula do navio
- () os consignatários do navio
- () os elementos do serviço de praticagem do porto
- () os militares das forças armadas brasileiras
- () o Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais
57. As visitas às embarcações entradas no porto são feitas, normalmente:
- () a qualquer hora do dia ou da noite
- () dentro do horário de funcionamento da Alfândega
- () das 7 às 19 horas
- () no horário normal de carga e descarga dos navios, isto é, das 7 às 16 horas
- () no horário determinado pela Capitania do Porto
58. As visitas feitas no período das 19 às 7 horas da manhã denominam-se:
- () regulamentares ou normais
- () extraordinárias ou especiais
- () visitas noturnas
- () visitas facultativas
- () visitas de emergência
59. Denomina-se visita especial de emergência:
- () a feita aos navios de passageiros de linhas regulares
- () a feita aos navios com epidemia a bordo
- () a feita, de preferência, aos navios nacionais de passageiros
- () a feita com preferência sobre os navios que hajam pedido visitas especiais
60. De acôrdo com as leis alfandegárias, as entradas dos navios de passageiros de linhas regulares dar-se-ão sempre:
- () por inteiro
- () por arribação
- () por franquia
- () para carga e descarga
- () para espreitar o mercado

II — CONHECIMENTO SOBRE ASSUNTOS DE SERVIÇO

Completar os períodos abaixo, preenchendo os claros com as palavras ou expressões apropriadas.

1. Compete à _____ conceder autorização para o ingresso de pessoas a bordo de navios surtos no porto.
2. A atracação de qualquer embarcação ao costado de um navio nacional procedente do estrangeiro só será permitida depois das _____ regulamentares das _____ portuárias e mediante licença especial da _____.
3. Nenhuma descarga de navio de procedência estrangeira poderá ser feita sem a necessária licença da _____ e sem a presença dos _____ designados.
4. As descargas feitas para chatas, saveiros, alvarengas, etc., são permitidas, ordinariamente: a) para facilitar o rápido _____ do navio; e b) para quando se tratar de mercadorias que, pela sua natureza, tenham de ser transportadas para _____ especiais.
5. As descargas para chatas são consideradas _____.
6. As fôlhas de descarga são organizadas pelos _____, tendo por base as anotações provisórias feitas nos _____ e vão também assinadas por um representante da _____ e por um da _____ do navio.
7. A principal finalidade das fôlhas de descarga é permitir a _____ entre a quantidade de carga _____ e a quantidade realmente _____.
8. As descargas de petróleo e seus derivados, para tanques alfandegados, só poderão ter início após a necessária _____ feita pelo engenheiro designado pela Alfândega, fazendo-se nova _____ após o término da descarga.
9. Antes do início da descarga de petróleo, compete ao _____ designado efetuar o _____ de todas as válvulas de _____ do tanque.
10. O desembarço do petróleo descarregado compete ao _____ designado, cabendo ao _____ calcular os direitos a serem pagos.
11. Os direitos sobre importação de sal de procedência estrangeira só podem ser cobrados pelas _____ e _____.
12. As _____ só podem cobrar os direitos sobre o sal de procedência nacional.
13. As descargas de sal são assistidas pelos _____ e auxiliados pelos _____ designados.
14. Nenhuma descarga de carvão poderá ter início antes de _____ e pagos os respectivos _____.
15. As descargas das embarcações atracadas podem ser feitas tanto para _____ como para o _____.
16. Os navios que transportem carvão serão, preliminarmente, _____, sendo, em seguida, _____ os porões e carvoeiras de bordo pelos _____ designados.
17. Os pedidos de visitas aos navios, entrados fora das horas do expediente, devem ser feitos pelas _____ dos mesmos à _____.
18. A autoridade aduaneira competente para visitar os navios entrados é o _____ da Alfândega ou os funcionários por ele designados.
19. O passe de saída de um navio é concedido mediante a apresentação do _____.
Assinala-se, em cada um dos grupos abaixo, com uma cruz (+) dentro do parêntese que a precede, a resposta certa. Lembre-se o candidato de que só há uma resposta certa.
20. As embarcações miúdas que receberem carvão só poderão sair do costado do navio:
() depois das 18 horas
() rebocadas por embarcações da Alfândega
() para tomar combustível
() com autorização da Administração do Porto
() com autorização da Guardamoria
21. A flâmula da Alfândega hasteada em um navio significa que:
() o mesmo já foi visitado
() está sob fiscalização aduaneira
() não há contrabando a bordo
() está desembarçado para sair
() pode ser iniciada a descarga
22. Não estão sujeitas a direitos aduaneiros as mercadorias:
() descarregadas em trapiches não alfandegados
() vindas à ordem
() deterioradas
() transbordadas
() avariadas por fogo ou água
23. O passe de saída de um navio, como é geralmente entendido, é expedido:
() pela Administração do Porto
() pela 2.ª Seção da Alfândega
() pela Guardamoria
() pela Capitania dos Portos
() pela 1.ª Seção da Alfândega
24. Nos dias feriados e domingos e, ainda, após o encerramento do expediente da repartição competente, o passe de saída provisório poderá ser obtido:
() na Alfândega mais próxima
() no Ministério da Marinha
() na Diretoria de Rendas Aduaneiras
() na Guardamoria
() no Serviço de Ronda Marítima
25. A embarcação que tentar sair do porto sem o necessário passe de saída, está sujeita:
() a ser apreendida
() a ter cassada a sua matrícula
() a ser multada em 10% de seu valor
() a ser multada de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.000,00
() a ser proibida de tocar em portos nacionais
26. A mercadoria descarregada em virtude de incêndio a bordo, mas que se destinar a outro porto, deve ser considerada:
() tributada
() isenta de direitos
() em trânsito
() apreendida
() de reexportação
27. Todas as pequenas embarcações que fazem o tráfego interno dos portos são licenciadas:
() pela Capitania dos Portos
() pela Administração do Porto
() pela Guardamoria
() pelo Distrito Naval
() pela Polícia Marítima
28. A matrícula das pequenas embarcações compete:
() ao Centro Transatlântico
() à Alfândega
() à Guardamoria
() à Delegacia de Portos e Litoral
() à Capitania dos portos

29. As pequenas embarcações de transporte empregadas nas descargas, tais como chatas etc., devem ter escrito no lugar mais visível do casco:
- () o comprimento, em metros
 - () o nome e tonelagem, como foram arquedas
 - () o pôrto de matrícula
 - () o nome do proprietário
 - () o número de tripulantes
30. Uma pequena embarcação de transporte de carga que tenha hasteada uma bandeira vermelha, significa:
- () que está livre
 - () que está na iminência de sossobrar
 - () que está ocupada
 - () que transporta carvão
 - () que transporta inflamáveis
31. Justifica-se a entrada de um navio em um pôrto não prevista na sua escala:
- () por causa de motim a bordo
 - () para espreitar o mercado
 - () a procura de carga para transportar
 - () por falecimento de passageiro
 - () quando vier navegando há mais de 20 dias sem escala
32. Das mercadorias abaixo, é proibido o embarque:
- () algodão em rama
 - () cêra de carnaúba
 - () carnes em conserva
 - () minério de ferro
 - () ouro e prata
33. E' proibida a importação da seguinte mercadoria:
- () tecidos de "Nylon"
 - () vinhos artificiais
 - () sucatas de ferro
 - () entorpecentes
 - () fôlhas de flandres
34. Em caso de incêndio a bordo, estando o navio atracado, compete ao fiscal aduaneiro de serviço:
- () ordenar que a tripulação desça para terra
 - () ordenar que o navio permaneça atracado
 - () intimar o navio a abrir imediatamente e ir ancorar do lado oposto do canal de acesso
 - () não permitir a entrada de outras autoridades portuárias antes da arrecadação dos salvados
 - () prender os estivadores e tripulantes suspeitos
35. A busca, como diligência fiscal, pode ser feita:
- () sômente depois da descarga
 - () sômente antes da descarga
 - () dentro de 24 horas da entrada do navio
 - () sômente quando houver denúncia
 - () sômente no ato da visita de entrada
36. A instauração do processo administrativo, no caso de apreensões de mercadorias por autoridade policiais, cabe:
- () à Divisão de Polícia Marítima
 - () à Delegacia dos Portos e Litoral
 - () à Administração do Pôrto
 - () à Inspeção da Polícia Portuária
 - () à Alfândega
37. Quando, em uma diligência fiscal, o Comandante do navio se recusar, sob qualquer pretexto, a abrir determinado compartimento, compete à autoridade aduaneira:
- () efetuar o arrombamento
 - () exigir a presença do Agente consignatário do navio
 - () solicitar o auxílio da Polícia Marítima
 - () prender o Comandante
 - () lacrar o compartimento
38. A visita final é feita:
- () antes da descarga
 - () com o navio atracado
 - () sômente aos navios que transportem carvão
 - () com o navio em lastro
 - () durante a descarga
39. Estão isentos da visita final:
- () os vapores em franquia
 - () os iates nacionais que transportem sal de procedência estrangeira
 - () os petroleiros estrangeiros
 - () os vapores estrangeiros que fazem o serviço de cabotagem
 - () os vapores que derem entrada por inteiro
40. A ordem para o lacramento dos porões de um navio quando necessário, só pode ser dada:
- () pelo Guarda-mor ou funcionário por êle designado
 - () pelo Inspetor da Alfândega ou Administrador de Mesas de Rendas Alfandegadas
 - () pelo Comandante do navio
 - () pelo Administrador do Pôrto
 - () pelo conferente da descarga

Questões Apresentadas no C-236 - Concurso para a Carreira de Estatístico-Auxiliar

Publicamos, em seguida, as questões que fizeram parte da Prova de Estatística, referente ao Concurso para a Carreira de Estatístico-Auxiliar, realizado a 6 de novembro próximo findo.

Esta prova terá a duração de 4 horas

ESTATÍSTICA

INSTRUÇÃO GERAL — Resolver as questões que vêm a seguir. Colocar as respostas nos locais indicados. Fazer os rascunhos com ordem. Iniciar os trabalhos pelas questões fáceis.

PARTE I — ATÉ 20 PONTOS

Instrução — Ler com atenção todos os itens desta parte e só depois formular a solução dos mesmos.

Segundo publicação da "R.B.E.", as despesas médias mensais, de uma família de cinco membros, no Rio de Janeiro, em 1940, eram:

- com alimentação, Cr\$ 550,00
- com vestuário, Cr\$ 160,00
- com habitação, Cr\$ 360,00
- com "outras despesas", Cr\$ 170,00.